

NOÇÕES DE DIREITO NO ENSINO MÉDIO: UMA DEMANDA URGENTE¹

Luciano Marcos Curi*

Luciano.curi@ig.com.br

Rodrigo Guimarães Goulart Assis**

RESUMO

O presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2011 com os concluintes do ensino médio de quatro escolas de Araxá (MG), sendo duas públicas estaduais, uma federal e uma particular. Essa investigação procurou avaliar o conhecimento desses estudantes sobre noções básicas de Direito necessárias a utilização do Poder Judiciário, considerado um instrumento fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania; Judiciário; Ensino Médio; Ensino Jurídico; Educação.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Ensino Médio brasileiro precisa ser repensado e reformulado². Essa constatação não é nova e muito já se discutiu sobre isso no Brasil. Desde meados da década de 1920 discute-se essa questão. Contudo, apesar de este debate já ter rendido muitas polêmicas, controvérsias e ações, é preciso reconhecer que o nível médio no Brasil atual ainda carece de muitos ajustes e reformulações. A maioria dos jovens quando concluem essa etapa de sua escolarização encontram-se despreparados para cursar o ensino superior, para o mercado de trabalho e, também, lamentavelmente, para a vida.

O presente estudo surgiu da convergência de duas constatações. Primeira,

¹ Este texto sintetiza as conclusões do projeto de iniciação científica desenvolvido com o custeio da FAPEMIG intitulado Visibilidade do Poder Judiciário em Araxá.

* Prof. de Ciências Humanas do Uniaraxá. Mestre em História Social (UFU) e Doutor em História da Ciência (UFMG).

² Acadêmico do Curso de Direito do Uniaraxá.

Refere-se no Brasil, pela nossa legislação e tradição, aos três últimos da Educação Básica, outrora conhecido como Colegial e 2º Grau. Cf. MAIA, Eny & CARNEIRO, Moacir. **A reforma do ensino médio em questão**. São Paulo: Biruta, 2000; STREHL, Afonso & FANTIN, Nelson Danilo. **Ensino Médio: identidade em crise**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

que parte do fato de que o conhecimento obtido pelos estudantes nos primeiros períodos do curso de Direito deveria ser adquirido ainda no nível médio. Isso alarmava os recém-chegados na universidade. Percebeu-se, nitidamente, que não se tratava de uma aprendizagem necessária apenas àqueles que iriam lidar com o Direito profissionalmente. A segunda, é que a legislação brasileira, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, quanto outros documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁴, já preconizam que noções de Direito sejam trabalhadas com os estudantes do nível médio⁵

Embora já previsto, receia-se sobre sua efetivação. Cada um dos autores desse trabalho, a partir de suas experiências e vivências, de discentes e docentes, e após um longo debate enriquecido por valiosas colaborações de colegas, optou pela verificação *in loco* dos conhecimentos jurídicos considerados pertinentes de serem aprendidos pelos estudantes do Ensino Médio. Aqueles que seriam “*necessários ao exercício da cidadania*”, que todos os cidadãos, independente da profissão e ocupação, deveriam saber⁶.

Essa pesquisa procurou então verificar se os concluintes do Ensino Médio estão obtendo esse conhecimento considerado necessário ao pleno exercício da cidadania.

2 ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ENTRE O DITO E O FEITO

A história do Ensino Médio no Brasil é longa e tortuosa. Certamente é nele que se manifestam as contradições mais gritantes da atuação educação brasileira e onde as mazelas de uma formação educacional sem qualidade desembocam vitimando um sem número de cidadãos.

Ao término do Ensino Médio todas as deficiências de formação tornam-se visíveis quando o concluinte desse nível escolar tenta ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho. Muitos são os jovens brasileiros que descobrem ou confirmam que estão despreparados quando concluem o nível médio. Não conseguem ter acesso às universidades via vestibular e também têm dificuldades para estabelecer-se com êxito no mercado de trabalho.

³ BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p. 27833

⁴ BRASIL – Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (2000).

⁵ Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (2000) – ver p.93.

⁶ Ibidem.

Esse diagnóstico não é novo. Muito já se pesquisou sobre esse assunto⁷. A caducidade do Ensino Médio brasileiro já é há muito sabida⁸. Os resultados da pesquisa aqui apresentados neste artigo vêm corroborar o que outros estudos, noutros quesitos, já evidenciam sobre esta etapa de escolarização.

Antes disso, porém, para contextualizar e compreender como o Ensino Médio brasileiro adquiriu os seus contornos atuais, faz-se necessário revisitar brevemente um pouco de sua história. Foi no decorrer de séculos de História da Educação brasileira que este nível escolar surgiu e foi remodelado até sua configuração atual.

*

O Ensino Médio brasileiro atual corresponde, segundo a LDB de 1996, aos três últimos anos, ou séries, da chamada Educação Básica⁹. Esta última engloba desde a educação infantil, internacionalmente conhecida como educação pré-primária¹⁰, até a última série antes do ingresso no nível universitário. Em suma, a Educação básica no Brasil corresponde a toda escolarização não universitária. Quando os estudantes estão na faixa etária considerada adequada, os concluintes do Ensino Médio possuem entre 17 e 18 anos.

Mas nem sempre foi assim. A duração de três anos do atual Ensino Médio remonta a década de 1940¹¹. O formato que ele hoje possui, desvinculado da formação profissional obrigatória, data do início da década de 1980¹². Seu caráter de terminalidade da educação básica e arremate da formação para a cidadania

⁷ FRANCO, Maria Laura P. Barbosa & NOVAES, Gláucia Torres Franco. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. In: Cadernos de Pesquisa, nº 112, pp. 167-183, março/ 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100009. Acessado em: 31/01/2012.

⁸ PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

⁹ BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

¹⁰ A **ISCED** (*International Standard Classification of Education* em Português: Classificação Internacional Padronizada para Educação) é uma classificação dos níveis educativos destinada a permitir a comparação de estatísticas e de políticas educativas entres sistemas educacionais de diferentes países membros da ONU. Foi desenvolvida pela UNESCO na década de 1970. Cf. OCDE. *Aprendendo para o Mundo de Amanhã: primeiros resultados do PISA 2003*. São Paulo: Moderna, 2005.

¹¹ Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.

¹² Brasil. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 out. 1982. Seção 1. p. 19539.

apareceu com a atual LDB. O nome atual data de 1996. Ele também já se chamou *2º grau*¹³ e *Colegial*¹⁴. O Ensino Médio brasileiro nunca foi um nível escolar obrigatório.

Aqui é importante frisar que o atual Ensino Médio não corresponde ao antigo Ensino Secundário do período colonial brasileiro que utilizava o modelo jesuítico trazido da Europa. Não corresponde também ao que o ISCED chama de Ensino Secundário. Na verdade o secundário no cenário internacional é geralmente um nível mais amplo de formação, situado na faixa etária de 10 a 20 anos. Comparado à realidade europeia e até estadunidense fica evidente a precariedade e a curta duração do que se pratica no Brasil. Avaliações internacionais como o PISA e mesmo nacionais como o ENEM evidenciam frequentemente a fragilidade e mesmo a má qualidade da Educação Básica brasileira.

A proliferação no Brasil de cursinhos pré-vestibular é uma prova histórica e incontestável da inadequação do Ensino Médio como preparatório para ingresso no ensino superior. As dificuldades encontradas pela maioria dos jovens em estabelecer-se no mercado de trabalho, também evidenciam outra faceta cruel do Ensino Médio brasileiro. A existência de programas como *Meu primeiro emprego*¹⁵, entre outros, evidencia que o Ensino Médio também não prepara adequadamente os jovens brasileiros para atuarem profissionalmente caso não desejem prosseguir os estudos em âmbito universitário.

Mas, segundo a atual LDB de 1996, o Ensino Médio deve contemplar os dois objetivos, ou seja, ele deve preparar para a cidadania e para o mercado de trabalho. A acolhida desses objetivos por esse nível escolar foi fruto de uma longa história de luta no decorrer da qual os movimentos progressistas conseguiram, mesmo que parcialmente, dar ao Ensino Médio um caráter mais amplo e aumentar progressivamente a responsabilidade do Estado para com a educação popular.

A presente pesquisa não abordou a preparação que o Ensino Médio oferece para o mercado de trabalho, embora seja sabido que ela é muito insuficiente. Tratou-se de avaliar apenas um quesito considerado fundamental para o exercício da cidadania; a utilização do Poder Judiciário na resolução de conflitos e demandas pessoais.

¹³ De 1971 a 1996, durante a vigência da LDB n. 5692/71.

¹⁴ De 1943 a 1971.

¹⁵ Brasil. Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 out. 2003. Seção 1. p. 1.

3 A PESQUISA

O presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2011 com os concluintes do ensino médio de quatro escolas de Araxá, sendo duas públicas estaduais, uma federal e uma particular. Essa investigação procurou avaliar o conhecimento desses estudantes sobre noções básicas de Direito necessárias à utilização do Poder Judiciário, considerado um instrumento fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Para avaliar o conhecimento dos estudantes sobre o funcionamento do Poder Judiciário e sobre noções básicas de Direito foi elaborado um questionário específico para essa pesquisa¹⁶. Este questionário procurou investigar se os estudantes concluintes do Ensino Médio possuem o conhecimento necessário para utilizar o Poder judiciário na resolução de conflitos e demandas pessoais.

O questionário foi construído com a premissa de investigar quais são os conhecimentos jurídicos mínimos necessários ao cidadão comum para que utilize o Poder Judiciário como instrumento para efetivação de seus direitos e de sua cidadania¹⁷.

Quais são as noções básicas de Direito e sobre o funcionamento do judiciário que o cidadão comum precisa conhecer? Esta foi a indagação que orientou a elaboração do questionário.

O questionário consta de 34 questões das quais as últimas quatro procuram situar se o estudante obteve informações sobre o Judiciário/Direito no ambiente escolar ou familiar. As demais perguntas revezam-se entre noções básicas de Direito e sobre o funcionamento do Poder Judiciário. A análise qualitativa e quantitativa foi realizada mediante o agrupamento das questões por quesitos de investigação. Dessa forma, constituíram-se quatro grupos a seguir discriminados:

Grupo	Nome	Questões
Grupo I	Visibilidade social do poder judiciário em Araxá	Questões 01 a 06.
Grupo II	Visibilidade social dos três poderes em Araxá	Questões 07 a 09 e 11.

¹⁶ Consta no Anexo I deste artigo.

¹⁷ Agradecemos as contribuições valiosas de: Prof. Almir Garcia Fernandes, Prof.^a Danielli Rodrigues dos Santos, Prof.^a Marcia Elena Pereira e Prof.^a Sandra Afonso de Castro.

Grupo III	Noções básicas de Direito e sobre o judiciário brasileiro	Questões 10, 12 a 16, 18 a 25 e 27 a 30.
Grupo IV	Filosofia e Justiça	Questões 17 e 26.

O questionário utilizado foi semiestruturado. A maioria das questões continham apenas alternativas que os estudantes deveriam escolher a partir da análise do enunciado proposto. Poucas questões demandavam a redação de uma resposta. Algumas questões mesclaram as duas formas, continham primeiramente alternativas e depois solicitavam uma resposta discursiva¹⁸.

A aplicação do questionário foi nas próprias escolas dos estudantes e contou com a calorosa colaboração de todas as pessoas envolvidas na gestão. O questionário foi respondido individualmente sem consulta a qualquer material ou a outra pessoa do estabelecimento de ensino. Todos os alunos responderam simultaneamente ao questionário e, para tanto, foram deslocados para uma sala diferente da que habitualmente estudavam¹⁹.

Os alunos escolhidos para responder o questionário foram os concluintes do Ensino Médio regular e diurno. Os demais concluintes do noturno não participaram porque geralmente possuem experiências de trabalho ou vivências que geralmente propiciam instrução quanto às questões sobre o Direito/Judiciário. Os alunos do EJA não participaram pelo mesmo motivo²⁰. Geralmente, eles são mais velhos e já possuem muitas vivências, inclusive, com experiências judiciais, como divórcio, execução para recebimento e/ou pagamento de dívidas, etc.

Considerou-se que essas experiências pessoais e de trabalho poderiam instruir o estudante e distorcer o que se pretendia na pesquisa, uma vez que o objetivo era avaliar se o Ensino Médio está trabalhando adequadamente noções básicas de Direito e sobre o judiciário brasileiro. Mesmo para os estudantes do ensino regular, considerou-se a possibilidade de a instrução quanto as questões judiciais virem de casa, da família, por isso foram adicionadas as quatro últimas questões.

¹⁸ Conforme pode ser observado no Anexo I deste artigo.

¹⁹ Registramos o agradecimento da direção e supervisão de todas as escolas onde a pesquisa foi realizada.

²⁰ EJA é a sigla de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de uma modalidade de educação flexibilizada para aqueles que por algum motivo não estudaram na idade adequada. Embora a sigla date de 1996 a iniciativa não é nova e nem exclusividade brasileira. No geral os estudantes do EJA possuem superior aos estudantes do ensino médio regular.

Após a aplicação do questionário e a compilação dos dados, procedeu-se a análise quantitativa e qualitativa. A hipótese inicial era de que o Ensino Médio brasileiro não prepara os estudantes para utilização do poder judiciário como instrumento para efetivação de sua cidadania. A análise qualitativa e quantitativa infelizmente comprovou a hipótese levantada.

4 ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA

Tanto a análise quantitativa quanto a qualitativa procurou agrupar as questões por quesitos investigados. No questionário algumas questões foram distanciadas para dificultar a percepção por parte dos estudantes de possíveis contradições consideradas comuns no senso comum. É o caso do grupo IV que versava sobre Filosofia e Justiça. As duas questões do grupo (17 e 26) apontam para uma contradição e por isso foram colocadas em pontos distantes no questionário.

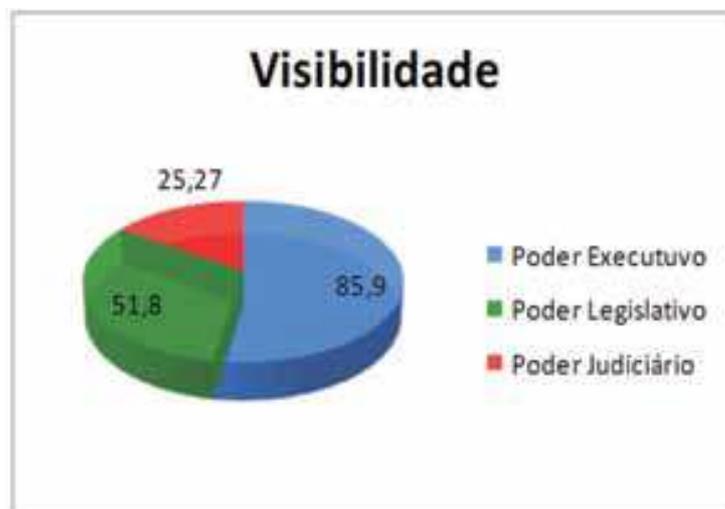
Ao todo, 85 estudantes responderam o questionário. Deste número, 41 estudantes de escolas públicas estaduais, 24, de escola pública federal e 20, de uma escola particular da região central de Araxá. Nenhum estudante acertou as 30 questões. O maior número de acertos foi de 19 e o menor 5²¹. A escola onde os estudantes obtiveram mais acertos foi a pública federal, seguida da particular e, depois, das estaduais do setor leste e norte, respectivamente.

No primeiro grupo de questões objetivou-se verificar quais dos três poderes possui maior visibilidade. Visibilidade é um conceito sociológico que procura avaliar qual dos agentes pesquisados é mais ou menos percebido pelo público estudado. A visibilidade aponta para aquilo que determinada sociedade valoriza ou não, para o que tem mais prestígio. No caso das questões do primeiro grupo perguntou-se pela localização espacial dos três poderes em Araxá. O conhecimento da localização dos três poderes no espaço urbano é evidência da importância social de que dispõem. O resultado demonstrou que o executivo é o mais visível, seguido do legislativo e por último o judiciário.

GRUPO I – Visibilidade social do poder judiciário em Araxá

²¹ Esse número de acertos não considera as 34 questões do questionário já que dessas apenas 25 eram passíveis de erro e acerto. Nove questões eram opinativas ou apenas verificativas; são elas: 14, 17, 18, 20, 26, 31, 32, 33 e 34.

- 85,9% dos entrevistados souberam indicar a localização da sede do Poder Executivo em Araxá.
- 51,8% dos entrevistados souberam indicar a localização da sede do Poder Legislativo em Araxá.
- 23,5% dos entrevistados souberam indicar a localização do Fórum araxaense.
- 38,8% dos entrevistados souberam indicar a localização do Juizado Especial em Araxá.
- 12,9% dos entrevistados souberam indicar a localização da Justiça do Trabalho em Araxá.
- 25,9% dos entrevistados souberam indicar a localização da Justiça Eleitoral em Araxá.



Na comparação da visibilidade dos três poderes, é evidente que o Poder Judiciário é o menos percebido pelos pesquisados. A grande maioria sabe a localização da sede do Poder Executivo (85,9%), mais da metade dos inquiridos (51,8%) conhecem a localização da sede do Poder Legislativo²², enquanto uma minoria (média de 16%) sabe a localização dos órgãos do Poder Judiciário.

No segundo grupo, outras disparidades ficaram evidenciadas. Contudo, elas confirmaram o que foi observado nas questões do primeiro grupo. O

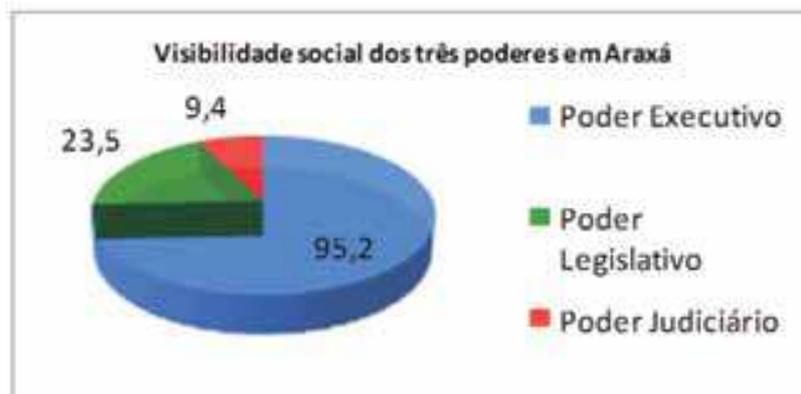
²² Com agravante de que o legislativo araxaense recentemente mudou-se para Avenida João Paulo II nº 1200.

judiciário é o poder estatal menos conhecido, mais invisível. Essa situação tem interferência da sua utilização, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. O desconhecimento e incompreensão pela população de um poder ou um serviço oferecido pelo Estado é um indício de sua subutilização ou má utilização.

Pode-se observar nos resultados do grupo 2 que a maioria dos estudantes, mais de 90%, marcaram corretamente a opção sobre os três poderes. Contudo, quando perguntados pelos ocupantes e seus nomes, o embaraço foi geral. De cada 100 araxaenses, 95 sabem o nome do atual prefeito e apenas nove sabem o nome de um juiz local.

GRUPO II – Visibilidade social dos três poderes em Araxá

- 95,2% sabem o nome do atual Prefeito.
- 23,5% souberam citar o nome de pelo menos dois vereadores.
- 9,4% souberam citar o nome de um Juiz.
- 92,9% sabem quais são os 3 poderes constituintes do Estado brasileiro.



A análise dos resultados do grupo 2 evidencia a notoriedade do poder executivo frente aos outros poderes. A grande maioria dos pesquisados conhece o nome do chefe do Executivo (95,2%). Neste grupo, porém, evidenciou-se uma constatação interessante. Embora a maioria saiba onde está localizado o Legislativo, desconhece o nome dos componentes da atual legislatura (23,5%). Ainda assim, a figura do juiz é conhecida apenas por 9,4% dos estudantes pesquisados. Isso, certamente, aponta para questões mais graves. Embora os entrevistados sejam adolescentes e jovens, eles refletem o que ocorre na sociedade da qual fazem parte. Pouca informação e conhecimento significam, impreterivelmente, pouca participação.

Os resultados do grupo 3, constituído de dezoito questões de noções de Direito e sobre o judiciário brasileiro, apontaram contradições e desconhecimento de elementos-chaves fundamentais para a utilização adequada do poder judiciário. Essa constatação é coerente com o que foi observado nos dois primeiros grupos. Contudo, revelaram algumas situações que demandam uma intervenção pedagógica urgente sob pena de incorrer numa formação básica muito aquém da preparação mínima esperada para o exercício pleno da cidadania. A seguir, uma análise pormenorizada de cada uma das questões do grupo 3.

GRUPO III - Noções básicas de Direito e sobre o judiciário brasileiro

QUESTÃO 10

Você já leu ou manuseou (folheou) a Constituição Federal?

(A) Sim (B) Não

Qual parte lhe chamou mais atenção? Cite-a.

Quantitativo:

Alternativa A: 11 estudantes citaram e 3 não citaram.

Alternativa B: 71 estudantes nunca manusearam.

Não responderam: zero

Resultado: 16,4% já manusearam a Constituição brasileira.

Análise: O resultado evidencia que o texto constitucional continua sendo reduto de especialistas. A grande maioria dos estudantes nunca sequer manusearam a constituição o que significa que ela não compõe a realidade dos estudantes do Ensino Médio regular. Ela não é trabalhada, discutida pelos estudantes. Por conseguinte, fica fácil presumir que certamente também desconhecem seus direitos e deveres básicos ali expressos. Se ao concluírem o Ensino Médio ainda não dominam tais conhecimentos, resta acreditar que esses virão no decorrer da vida cidadã, em ocasiões de conflito, ou noutras mais amenas, se vierem, quando algum acontecimento afetar sua liberdade ou seus bens.

QUESTÃO 12

Para processar uma pessoa ou uma empresa você SEMPRE precisa contratar um (a) advogado (a)?

(A) Sim (B) Não (C) Não sei

Caso sua resposta seja NÃO, dê um exemplo. - Resposta: (B) Não

Quantitativo:

Alternativa A: 40 responderam

Alternativa B: 25 responderam (3 não souberam exemplificar e 1 citou exemplo incorreto)

Alternativa C: 20 não souberam

Não responderam: zero

Resultado: 24,5 % marcaram a alternativa correta (letra B) e exemplificaram adequadamente.

Análise: Apesar de 29,4% dos entrevistados saberem que nem sempre é preciso um advogado, quase 5 % não souberam exemplificar, o que permite supor que talvez a alternativa escolhida por esses 5% proceda de alguma confusão quanto ao correto funcionamento do judiciário brasileiro. De qualquer forma, na melhor das hipóteses, menos de 1/3 dos estudantes entrevistados conhecem esta importante prerrogativa disponível aos cidadãos brasileiros. Saber da possibilidade de representar-se a si mesmo em determinadas situações pode ser fundamental na solução de demandas de menor valor financeiro e de menor complexidade jurídica, que costumeiramente correspondem à boa parte das demandas comuns dos cidadãos levadas ao judiciário. Em suma, a maioria conclui o Ensino Médio desinformado dessa possibilidade.

QUESTÃO 13

No Brasil, existe a chamada Justiça Gratuita, ou Gratuidade da Justiça, para os mais pobres e aqueles que não podem pagar as despesas de um processo em caso de derrota judicial?

(A) Sim (B) Não (C) Não sei - Resposta: (A) Sim

Quantitativo:

Alternativa A: 54 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa B: 4 responderam incorretamente.

Alternativa C: 27 desconhecem.

Não responderam: zero

Resultado: 63,5 % sabem da existência da Justiça gratuita disponível para aqueles que não têm condições de arcar com os custos.

Análise: Mais da metade dos sujeitos da pesquisa sabem da existência da justiça gratuita. Um aspecto positivo para o exercício da cidadania. Para estes estudantes informados existe menos um obstáculo à obtenção de seus direitos, porém, ainda assim, mais de 35% deles ainda desconhece esta prerrogativa e 4,5% responderam incorretamente. Isso pode configurar-se num desestímulo à iniciativa de procurar o auxílio do judiciário para a resolução de conflitos.

QUESTÃO 14

Quais das expressões citadas abaixo você conhece, já ouviu falar ou não conhece: Marque com um X.

		Conhece	Já ouviu falar	Não conhece
A)	Liminar			
B)	Guarda compartilhada			
C)	habeas corpus			
D)	Júri popular			
E)	Jurisprudência			

Quantitativo:

		Conhece	Já ouviu falar	Não conhece
A)	Liminar	32	36	17
B)	Guarda compartilhada	32	25	27
C)	habeas corpus	69	13	3
D)	Júri popular	61	24	0
E)	Jurisprudência	18	24	43

Resultado: Com 81% das marcações, o *habeas corpus* é a expressão mais conhecida do Direito e jurisprudência é a menos conhecida, com 21%.

Análise: O resultado da questão 14 remete a inúmeras reflexões. Dos cinco itens listados, o *habeas corpus* é o mais antigo. Seguramente, é a expressão que aparece reiteradamente na mídia televisiva, impressa e cinema o que a torna mais

conhecida, ou pelo menos mais ouvida, não necessariamente mais compreendida. Isso é importante lembrar porque expressões como liminar e júri popular também são muito veiculadas e também foram lembradas. É óbvio que a estrutura da questão em análise não permite medir compreensão, mas apenas visibilidade das expressões. Esse resultado é importante para orientar futuras intervenções pedagógicas no Ensino Médio.

QUESTÃO 15

Você sabe qual é a função do Promotor de Justiça?

- (A) Administrar e coordenar o sistema de saúde e educação
- (B) Defender os interesses coletivos de importância social
- (C) Emitir sentenças em julgamento divulgados pela mídia
- (D) Prender bandidos perigosos e levá-los a julgamento
- (E) Não sei

Resposta: (B) - Defender os interesses coletivos de importância social.

Quantitativo:

Alternativa A: Um estudante escolheu essa resposta.

Alternativa B: 39 escolheram a resposta correta.

Alternativa C: 12 escolheram essa resposta.

Alternativa D: 2 escolheram essa resposta.

Alternativa E: 31 não sabem a função do promotor de justiça.

Não responderam: zero

Resultado: 45,8% sabem qual a função do Promotor de Justiça.

Análise: Quase metade dos estudantes entrevistados sabem a função do Promotor de Justiça, o que *a priori* não parece um resultado tão ruim. Mas a situação também é preocupante dada a função importantíssima que o promotor desempenha na defesa de interesses coletivos e dos bens públicos. Aproximadamente 16,5% dos estudantes erraram a alternativa e 36,5 % desconhecem a função do promotor. Não há como deixar de observar que o percentual de desconhecimento é grande e a questão foi estruturada com alternativas. Pergunta-se, agora se não houvesse alternativas, se o número de acertos seria o mesmo. Como o promotor pode ser um elemento primordial na defesa de interesses coletivos, o desconhecimento de sua função remonta graves consequências.

QUESTÃO 16

Qual das figuras abaixo representa a Justiça?

Resposta: Nº _____

Nº 01	Nº 02	Nº 03	Nº 04
			

Resposta: Nº 02

Quantitativo:

Alternativa nº01 : apenas um estudante respondeu.

Alternativa nº02: 79 estudantes responderam corretamente.

Alternativa nº03: apenas um estudante respondeu.

Alternativa nº04: três estudantes responderam.

Não responderam: um

Resultado: 92,9% dos estudantes souberam distinguir o símbolo representativo da justiça.

Análise: É amplamente conhecido o grande poder das imagens na divulgação de mensagens. A história humana é rica desses episódios. Muitos regimes políticos fizeram uso de imagens, e ainda fazem, para consolidar seu poder e sua política. O fato de o símbolo da justiça ser muito conhecido é seguramente positivo. Significa que há receptividade social quanto a ele. Prova disso é que os estudantes do Ensino Médio, mesmo desconhecendo noções básicas de Direito, lembraram-se dele. A justiça goza de uma imagética forte com ampla penetração social. É uma advertência de que esse elemento pode ser usado favoravelmente para instruir os mais jovens.

QUESTÃO 18

Você já ouviu falar em alguma das leis abaixo?

A)	Lei Maria da Penha	() Sim	() Não
B)	Código do Consumidor	() Sim	() Não
C)	Estatuto da Criança e do Adolescente	() Sim	() Não
D)	Estatuto do Idoso	() Sim	() Não
E)	Lei Seca	() Sim	() Não

Quantitativo:

A)	Lei Maria da Penha	(84) Sim	(01) Não
B)	Código do Consumidor	(72) Sim	(13) Não
C)	Estatuto da Criança e do Adolescente	(85) Sim	(00) Não
D)	Estatuto do Idoso	(83) Sim	(02) Não
E)	Lei Seca	(84) Sim	(01) Não

Resultado: 96% já ouviram falar das cinco leis apresentadas na questão.

Análise: A grande maioria dos pesquisados já ouviu falar das leis apresentadas na questão 18. Isso reflete a visibilidade social dessas leis. Não significa que sejam conhecidas, lidas e debatidas. Apenas que permeiam comentários entre os estudantes. Certamente as notícias televisivas contribuem para isso. É preciso observar que para o cidadão comum essas leis são importantes, correspondem a demandas históricas da sociedade brasileira, e conhecê-las é uma instrumentalização importante para as lidas cotidianas. A estrutura da questão não permite aferir o conhecimento de cada estudante sobre elas, porque isso ultrapassaria os limites deste trabalho. Mas, seguramente, é uma carência que merece uma pesquisa futura.

QUESTÃO 19

Quantos recursos um processo pode vir a ter?

- (A) Apenas um recurso
- (B) Até dois recursos
- (C) Até três recursos
- (D) Mais de três recursos
- (E) Não sei

Resposta: (D) - Mais de três recursos

Quantitativo:

Alternativa A: Apenas um estudante respondeu.

Alternativa B: 9 estudantes responderam essa alternativa.

Alternativa C: 10 estudantes responderam essa alternativa.

Alternativa D: Apenas 7 estudantes responderam corretamente.

Alternativa E: 58 estudantes desconhecem.

Não responderam: zero

Resultado: Apenas 8,2% sabem o número de recursos que um processo pode ter.

Análise: O resultado adverte para uma questão complexa. O desconhecimento da morosidade que um processo pode incorrer possibilita que as pessoas sejam ludibriadas por advogados não éticos. Isso facilita práticas desonestas de profissionais que vendem expectativas irreais. Em suma, o resultado é grave. Mais de 68 % dos entrevistados não souberam responder. Mas, não é só o desconhecimento que é preocupante. A maioria das pessoas quando procuram o judiciário estão às voltas com problemas pessoais, numa situação vulnerável que, somado ao desconhecimento, pode resultar numa frustração quanto à efetividade da justiça além de serem seriamente prejudicados.

QUESTÃO 20

Para você qual é o problema mais grave do Judiciário brasileiro?

- (A) Grande número de processos
- (B) Demora nos processos
- (C) Corrupção
- (D) Preço elevado cobrado pelos advogados
- (E) Excesso de recursos
- (F) Outro. Cite-o: _____

Quantitativo:

Alternativa A: 7 estudantes responderam.

Alternativa B: 55 estudantes responderam.

Alternativa C: 19 estudantes responderam.

Alternativa D: 4 estudantes responderam.

Alternativa E: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa F: nenhum estudante citou outro problema.

Não responderam: um.

Resultado: 64,7% apontaram a demora nos processos como o maior problema do Judiciário brasileiro.

Análise: O resultado está de acordo com as críticas ao poder judiciário reiteradamente apresentadas na mídia brasileira. Isso obviamente evidencia o quão conhecido é esse problema. Esse resultado é ruim e está coerente com o apurado na questão anterior. Os estudantes sabem que o judiciário é moroso, embora não saibam exatamente por que. Esse é um fator que pode desestimular o uso do judiciário na solução de demandas. Mas o resultado permite observar outras constatações graves. Quase 23% dos estudantes apontaram a corrupção como principal problema, o que demonstra o aumento da visibilidade deste tipo de problema relacionado ao judiciário.

QUESTÃO 21

Você sabe dizer como os juízes são escolhidos no Brasil?

- (A) Através de eleições
- (B) Concurso público
- (C) Escolhidos pelos advogados
- (D) Indicados e nomeados pelo prefeito
- (E) Não sei

Resposta: (B) - Concurso público

Quantitativo:

Alternativa A: Apenas dois estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa B: 53 estudantes escolheram a opção correta.

Alternativa C: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa D: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa E: 27 estudantes não souberam informar.

Não responderam: um.

Resultado: 62,3 % sabem que os Juízes são escolhidos por meio de concurso público.

Análise: Esse é um resultado que pode induzir a equívocos. Embora a maioria tenha optado pela alternativa correta, quase 40% desconhecem como os juízes são escolhidos e quase 5% marcaram alternativas muito distantes do que se pratica no Brasil. Isso evidencia a distância do judiciário com relação aos mais

jovens e talvez da população em geral. De modo geral, o judiciário não é um poder familiar aos estudantes pesquisados, o que permite conjecturar que não o seja para os estudantes de modo geral já que a pesquisa ouviu estudantes de variadas escolas e condições sociais.

QUESTÃO 22

Quando um cidadão não tem condições de pagar um advogado, quais são as suas opções para entrar com um processo?

- (A) Solicitar um *Empréstimo Justiça* na Caixa Econômica Federal para custear as despesas com advogados.
- (B) Representar a si mesmo nos tribunais.
- (C) Solicitar um *Financiamento Legal* no Banco do Brasil para custear as despesas com advogados.
- (D) Recorrer à Defensoria Pública.
- (E) Não sei.

Resposta: (D) Recorrer à Defensoria Pública.

Quantitativo:

Alternativa A: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa B: Nenhum estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa C: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa D: 70 estudantes escolheram a opção correta.

Alternativa E: 12 estudantes escolheram essa alternativa.

Não responderam: um.

Resultado: 82,4% sabem que a Defensoria Pública é a opção para aqueles que não têm condições de pagar um advogado para se defenderem na justiça.

Análise: Esse resultado foi surpreendente. Seguramente é positivo. Foi uma das questões que obtiveram o maior percentual de acertos. Resta agora saber por que justamente este aspecto é tão conhecido. É possível fazer muitas conjecturas. Quase metade dos estudantes entrevistados são de escolas públicas estaduais e quase 2/3 de escolas públicas onde predomina pessoas com condições sociais mais pobres e que geralmente não podem pagar um advogado particular. Contudo, dado o grande número de acertos conclui-se que a maioria dos estudantes da escola particular também acertaram a questão. Sabe-se que os brasileiros geralmente são

muito atentos e queixosos das restrições impostas pela situação financeira. De qualquer forma esse é um aspecto que merece uma pesquisa futura mais detida e pontual.

QUESTÃO 23

Caso um cidadão necessite entrar com um processo contra seu empregador (patrão), qual órgão da Justiça ela deve procurar?

- (A) O Tribunal da Justiça do Estado de Minas Gerais.
- (B) O Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) O Tribunal de Contas da União.
- (D) O Tribunal Regional do Trabalho.
- (E) Não sei.

Resposta: (D) O Tribunal Regional do Trabalho.

Quantitativo:

Alternativa A: Apenas dois estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa B: Nenhum estudante optou por essa alternativa.

Alternativa C: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa D: 72 estudantes escolheram a opção correta.

Alternativa E: Nove estudantes não souberam informar.

Não responderam: um.

Resultado: 84,7% sabem que o Tribunal Regional do Trabalho é o local correto para entrar com um processo contra seu empregador.

Análise: O resultado obtido nesta questão é bastante complexo. Da mesma forma que na anterior, o resultado é seguramente positivo. Embora muitos estudantes desconheçam, por exemplo, o Código do Consumidor e que um processo pode ter inúmeros recursos, eles acertaram qual órgão do judiciário devem procurar para solucionar demandas trabalhistas. Novamente tudo indica que o recorte social possa explicar. A maioria dos estudantes entrevistados provavelmente são filhos de funcionários e trabalhadores, a julgar pelas escolas escolhidas, o que pode ter contribuído para proporcionar alguma informação sobre esse aspecto, tanto em casa quanto na escola. Contudo, é preciso fazer uma releitura crítica. Muitos estudantes que acertaram essa questão ignoram a localização espacial do Tribunal Regional do Trabalho em Araxá. Aqui aparecem dois fatores complicadores.

Primeiro, o Tribunal já esteve sediado em vários endereços na cidade o que pode ocasionar confusão e levarem as pessoas a não se lembrarem de sua localização. Segundo, a estrutura da questão. A palavra trabalho na alternativa correta pode ter facilitado para os estudantes responderem a questão.

QUESTÃO 24

Quais dos órgãos citados abaixo pertencem ao Poder Judiciário? Pode marcar mais de um.

- (A) Cartório de Registro Civil
- (B) Delegacia de Polícia
- (C) Fórum
- (D) Procon
- (E) Promotoria Pública

Resposta: (C) Fórum

Quantitativo:

Alternativa A: Nenhum estudante optou por essa alternativa.

Alternativa B: 2 estudantes optaram por essa alternativa.

Alternativa C: 9 estudantes marcaram apenas essa alternativa.

Alternativa D: Apenas um estudante optou por essa alternativa.

Alternativa E: 2 estudantes não souberam informar.

Respostas combinadas incorretas: 7 estudantes optaram por combinações totalmente incorretas.

Respostas combinadas parcialmente corretas: 60 estudantes marcaram a alternativa C juntamente com outras incorretas.

Não responderam: um.

Resultado: 10,5% dos estudantes souberam distinguir dentre vários órgãos públicos o único pertencente ao Poder Judiciário.

Análise: A maioria dos estudantes pesquisados responderam que órgãos como Procon, Cartório, Delegacia são constituintes do Poder Judiciário. O resultado evidenciou uma confusão generalizada. Esse resultado, no entanto, lamentavelmente vai de encontro do esperado por ocasião da construção da questão. As pessoas no geral confundem muito quais são os órgãos do judiciário.

A estrutura da questão também favorecia a confusão ao facultar a possibilidade de marcar mais de uma alternativa. Entender a Promotoria como órgão do judiciário, por exemplo, em parte justifica-se, pois geralmente ela funciona próximo ou em anexo ao fórum na maioria das cidades brasileiras, inclusive em Araxá. Esse resultado é uma advertência da necessidade de intervenções pedagógicas no ensino médio para esclarecer sobre o poder judiciário.

QUESTÃO 25

O Poder Judiciário no Brasil pode elaborar as Leis?

(A) Sim (B) Não (C) Não sei

Resposta: (B) Não

Quantitativo:

Alternativa A: 16 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa B: 38 estudantes escolheram a alternativa correta.

Alternativa C: 30 estudantes escolheram essa alternativa.

Não responderam: um.

Resultado: 44,7% dos estudantes sabem que o Poder Judiciário não pode elaborar leis.

Análise: Há uma confusão entre a função do Poder Judiciário e do Legislativo para quase metade dos pesquisados. Eles desconhecem as funções de fiscalização do cumprimento das leis atinente ao Poder Judiciário e da elaboração das leis pelo Poder Legislativo e Executivo, no caso, do Brasil. Como essa é uma noção básica, e o número de estudantes que optaram pela alternativa incorreta (Letra A – 16) somados aos que desconhecem (Letra C – 30) constitui a maioria, isso é uma grave evidência da deficiência da formação desses jovens, quanto à estruturação do Estado brasileiro.

QUESTÃO 27

Num julgamento por assassinato, quem decide se o acusado do crime (o réu) é inocente ou culpado?

(A) O Juiz de Direito

- (B) O Júri Popular
- (C) O Promotor de Justiça
- (D) Os advogados do caso
- (E) Não sei

Resposta: (B) O Júri Popular

Quantitativo:

Alternativa A: 47 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa B: 23 estudantes escolheram a alternativa correta.

Alternativa C: 05 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa D: Nenhum estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa E: 09 estudantes escolheram essa alternativa.

Não responderam: um.

Resultado: 27% sabem que no julgamento por assassinato quem decide a culpa é o Júri Popular.

Análise: Esse resultado é preocupante. Apesar da grande veiculação na mídia de inúmeros julgamentos de homicídios ou crimes contra a vida nos quais o Júri tem sempre um papel decisivo, a maioria dos estudantes ainda não compreende adequadamente a função do Tribunal do Júri. Ainda relacionam a decisão à figura do Juiz. Como o Júri é uma conquista histórica, democrática, que procura impedir que um cidadão num caso grave seja julgado pela consciência de um único magistrado, observa-se que a formação desses estudantes é falha quanto à criticidade e informação. A julgar pelo que preconiza a LDB, esse resultado evidencia uma carência educacional básica: desconhecimento de uma sistemática que já foi absorvida por boa parte dos sistemas legais das nações ocidentais.

QUESTÃO 28

Caso uma pessoa precise faltar ao trabalho ou à escola para comparecer a uma audiência no Fórum, ela receberá falta e um desconto no salário?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não sei

Resposta: (B) Não

Quantitativo:

Alternativa A: Apenas um estudante escolheu essa alternativa.

Alternativa B: 57 estudantes escolheram a alternativa correta.

Alternativa C: 26 estudantes escolheram essa alternativa.

Não responderam: um.

Resultado: 67% sabem que não serão penalizados por falta ao trabalho quando intimado a comparecer em uma audiência no Fórum.

Análise: O resultado é obviamente positivo. Ficou evidenciado que a maioria dos estudantes tem conhecimento de que a obrigação legal supera deveres empregatícios. Mais uma vez tudo indica que o recorte social pode explicar. A maioria dos estudantes entrevistados, a julgar pela localização geográfica das escolas, são provavelmente filhos de funcionários e trabalhadores. Contudo, uma leitura crítica é necessária. Quase 30 % dos estudantes não souberam responder o que é um número expressivo. É bom lembrar que essa informação pode ser decisiva em certas situações que esses estudantes irão enfrentar no decorrer das suas vidas.

QUESTÃO 29

Você sabe o que é CONCILIAÇÃO? Marque a alternativa a seguir que corresponde à definição de CONCILIAÇÃO.

- (A) É um meio de solução de controvérsias em que as pessoas resolvem o conflito, através de um terceiro, o conciliador, que aproxima as partes, aconselha e auxilia na construção do acordo.
- (B) É uma forma de resolver um conflito entre duas pessoas, mediante negociação, enquanto se aguarda a conclusão do processo judicial.
- (C) É uma forma para resolução de conflitos em que as pessoas que discordam sobre determinado assunto permitem que uma terceira, o conciliador, resolva a questão como achar melhor.
- (D) É uma forma de solucionar um desentendimento entre duas pessoas através da adoção da visão do Juiz de Direito sobre o motivo da discórdia.
- (E) Não sei

Resposta: (A) É um meio de solução de controvérsias em que as pessoas resolvem o conflito, através de um terceiro, o conciliador, que aproxima as partes, aconselha e auxilia na construção do acordo.

Quantitativo:

Alternativa A: 52 estudantes escolheram a alternativa correta.

Alternativa B: 07 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa C: 02 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa D: 04 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa E: 18 estudantes escolheram essa alternativa.

Não responderam: dois.

Resultado: 61% sabem o que é conciliação.

Análise: O resultado é uma boa notícia. Atualmente há grande divulgação da prática da Conciliação na mídia televisiva e impressa no Brasil. Mais da metade (61%) dos pesquisados conhece o significado do termo conciliação o que é favorável ao exercício pleno da cidadania. Esse resultado foi uma surpresa positiva. É um indício de que a população brasileira é receptiva as inovações empreendidas para melhorar o funcionamento do poder judiciário.

QUESTÃO 30

Quando uma pessoa entra na justiça com um processo improcedente (sem necessidade ou sem ter razão) e no final é derrotada, isso pode resultar em algum prejuízo para ela?

(A) Sim (B) Não (C) Não sei

Resposta: (A) Sim

Quantitativo:

Alternativa A: 41 estudantes escolheram a alternativa correta.

Alternativa B: 13 estudantes escolheram essa alternativa.

Alternativa C: 29 estudantes escolheram essa alternativa.

Não responderam: dois.

Resultado: 48,2% sabem que um processo julgado improcedente, pode ocasionar prejuízos.

Análise: O resultado obtido nesta questão é grave. Trata-se de uma noção básica de Direito que diz respeito à utilização do poder judiciário. O desconhecimento desse fato faz com que as pessoas sejam prejudicadas por advogados antiéticos. As pessoas podem ter suas expectativas frustradas ou mesmo

ver-se prejudicadas por um processo ao invés de beneficiada por ele. É um alerta. Menos da metade dos pesquisados conhece as consequências do ato de entrar com uma demanda na justiça de maneira imprudente ou ilegítima. Esses estudantes desinformados podem ser vítimas fáceis de práticas e profissionais desonestos.

*

Das dezoito questões do grupo 3, os estudantes obtiveram menos de 50% de acertos em oito questões, algumas sobre noções básicas da utilização do poder judiciário, e em dez questões obtiveram um percentual de acerto superior à metade. Aparentemente, não parece um resultado tão ruim. Ocorre que é preciso ver a grau de importância das questões em que os estudantes obtiveram pior resultado. Evidenciou-se que muitas noções básicas são pouco conhecidas dos estudantes que, a partir do término do Ensino Médio, já estão aptos, pelo menos deveriam, para o ingresso no mercado de trabalho, para os estudos universitários e para a vida cidadã. Esse resultado é óbvio demanda ações de intervenção.

GRUPO IV - Filosofia e Justiça

O grupo 4 foi construído para avaliar a coerência dos princípios de justiça compartilhados pelos estudantes pesquisados. É uma questão importante procurar avaliar, mesmo que sumariamente, se no universo dos pesquisados discute-se, se não os conceitos, pelo menos situações de justiça e injustiça.

É uma operação mais filosófica, contudo fundamental. A prática da justiça é fundamental para coesão social. O inverso é verdadeiro. Isso já foi observado em inúmeros momentos da história e em várias partes do mundo.

Tal inquirição é pertinente já que a disciplina de Filosofia é obrigatória no Ensino Médio brasileiro desde 2006²⁵ e todos os pesquisados provavelmente tiveram contato com a reflexão filosófica em algum momento de sua formação.

Os autores desta pesquisa têm conhecimento que nem em Filosofia nem em Direito há um consenso sobre a definição de justiça. No entanto, existem definições que são predominantes e na tradição ocidental, por exemplo, há muitos pontos de convergência.

²⁵ Parecer CNE/CEB nº 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006; Lei nº 11.684/08.

Um deles é a contestação da máxima de Hamurábi, a famosa *lei de talião*, segundo a qual a justiça consistiria em aplicar uma punição assemelhada ao ultraje, à reciprocidade do crime e da pena. A frase célebre que define a lei de talião, “Olho por olho, dente por dente”, foi o mote da questão dezessete, adicionada da similar italiana “Aqui se faz, aqui se paga”.

A questão 26 procurou trabalhar uma noção anti-talião. Sabe-se que a lei de talião, hoje considerada desprovida de razoabilidade, no mundo antigo, no contexto de seu advento, representou um avanço, um freio à vingança desmedida. Contudo, para os padrões atuais ocidentais, notadamente depois de Beccaria, a máxima de Hamurábi incorre em erros de direito e de justiça ao impor punições não razoáveis e outras que atinge indivíduos alheios aos crimes e não produzem nenhum efeito benéfico e educativo. A questão 26 pergunta se o estudante considera que “*Justiça e vingança são coisas diferentes*”.

Em suma, as duas proposição são discordantes, paradoxais, uma antinomia. Portanto, esperava-se que os estudantes pesquisados percebessem a contradição que incorreriam se concordassem com as duas. Isso evidenciaria uma necessidade de se trabalhar mais detidamente a criticidade filosófica.

Para dificultar a vigilância crítica dos estudantes pesquisados as duas questões foram colocadas em lugares distantes no questionário, uma no meio (a 17) e outra no final (a 26). Se colocadas muito próximas poderia-se alertar facilmente os pesquisados sobre a contradição ali materializada. O resultado foi o seguinte: 62,3% disseram concordar com as frases “*Olho por olho, dente por dente*” e “*Aqui se faz, aqui se paga*”; porém, 96,4% concordam com a frase “*Justiça e vingança são coisas diferentes*”. Em suma, apenas 34,1% dos pesquisados não concordaram com as duas frases. Tal resultado demonstra que o debate conceitual filosófico não é muito recorrente entre os estudantes pesquisados.

5 NEM TUDO ESTÁ PERDIDO

As quatro últimas questões do questionário indagam sobre a contextualização individual dos estudantes. O objetivo era verificar se os estudantes responderam a partir do aprendido no espaço escolar ou familiar, ou ainda, noutros espaços de sociabilidade. As perguntas foram as seguintes:

QUESTÃO 31

Alguém em sua família ou você mesmo já processou uma pessoa ou uma empresa?

QUESTÃO 32

Você tem algum (a) advogado (a) na sua família?

QUESTÃO 33

Você pretende prestar vestibular para o Curso de Direito?

QUESTÃO 34

Algumas das perguntas deste questionário você respondeu a partir do que aprendeu na Escola?

Todas as quatro questões anteriormente descritas tinham apenas duas alternativas: a letra A, para sim, e a letra B, para não. Os resultados foram os seguintes:

Questão	Alternativa A - SIM	Alternativa B - Não	Não responderam
31	27	57	01
32	35	49	01
33	8	76	01
34	56	28	01

O resultado trouxe uma boa surpresa. Apesar da maioria dos estudantes não terem nenhuma vivência judicial em casa, não terem advogado na família e não pretenderem fazer o curso de Direito, a maioria, quase 66%, informou que o questionário foi respondido a partir do que aprenderam na escola. Os resultados foram semelhantes nas quatro escolas pesquisadas, com exceção da escola pública federal, onde os estudantes informaram na questão 33 que nenhum pretendia cursar a faculdade de Direito e todos informaram que foi na escola que aprenderam o que responderam.

Em suma, nem tudo está perdido. As escolas demonstraram eficiência que, indiscutivelmente, precisa ser ampliada e aperfeiçoada. Ficou evidenciado que será realmente a partir da escola que mudanças educacionais e culturais do

porte que preconiza a LDB serão alcançadas. Como já dizia o educador brasileiro Paulo Freire em obra célebre: *“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”*²⁶. Em suma, para referendar ainda o pensamento freiriano: *“Estudar é um dever revolucionário”*²⁷.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a própria aplicação do questionário contribuiu para qualificar os estudantes participantes da pesquisa. Durante mesmo a aplicação do questionário percebeu-se isso. A forma como o questionário foi aplicado, o intervalo de tempo entre o contato inicial em sala de aula e a aplicação do questionário gerou comentários e curiosidades entre os estudantes que foram relatadas pelos gestores das escolas escolhidas. Todos os debates e dúvidas suscitadas pela pesquisa foram muito salutares.

Contudo, é inegável que a hipótese inicial que orientou a elaboração da pesquisa foi confirmada, a saber: o Ensino Médio brasileiro, examinado a partir de um recorte pontual na cidade de Araxá, não consegue cumprir o que preconiza a LDB. Tal constatação permite um sem número de reflexões e reforça os discursos reformistas deste nível de ensino.

O Ensino Médio ocupa um lugar privilegiado na formação educacional brasileira, entre o fundamental e o superior. É preciso sempre lembrar que a maioria dos cidadãos não tem acesso ao ensino superior no Brasil. Em tese, o ensino médio tem que prepará-los adequadamente para o exercício da cidadania, que, diga-se da passagem, é muito mais do que saber noções básicas de Direito e conhecer minimamente a estrutura e funcionamento do judiciário brasileiro.

Assim, como continuidade dessa pesquisa, os autores recomendam que uma intervenção pedagógica deve ser elaborada para munir os estudantes dos conhecimentos mínimos inquiridos no questionário construído para essa pesquisa. Esses saberes jurídicos, é bom lembrar, não são apenas usuais quando se recorre ao judiciário. Trata-se de uma aprendizagem que pode ser utilizada no cotidiano das pessoas, para uma solução melhorada e mais refletida dos percalços corriqueiros da vida comum. Eles podem ser operacionais e podem ser úteis em situações familiares e sociais geralmente não encaminhadas ao judiciário.

²⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Unesp, p. 67.

²⁷ FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez Editora, 23ª ed., 1989, p. 33.

Muita pesquisa terá que ser realizada para que essa ação seja realmente efetiva e instrumentos de acompanhamento sejam construídos apropriadamente para (re) avaliar toda sistematicidade. As universidades, por ora, e mais urgentemente, podem suprir essa lacuna através de seu compromisso de oferecimento de cursos de extensão, desde que construídos de acordo com a demanda social aqui já apontada.

Muitos vão se perguntar se a extensão pode suprir essa lacuna. Se não seria melhor reintroduzir disciplinas que existiam na época da Ditadura Militar, como Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). Aqui é preciso adiantar um aspecto presente na bibliografia sobre a reforma do Ensino Médio. A crise que se instalou nessa etapa escolar demanda muito mais para ser resolvida do que apenas a adição de novas disciplinas. Ela é muito maior. O Ensino Médio precisa ser reformulado e não apenas remendado. Por último, a inclusão de disciplinas acríicas e doutrinadoras como era OSPB e EMC não atendem às nossas demandas atuais. Um cidadão efetivo no século XXI não é o patriota romântico e acríico que alguns ditadores brasileiros do século XX sonharam e tentaram empreender. Tal expediente remonta uma prática já sabidamente ineficaz. Trata-se de buscar soluções velhas para problemas novos. Seguramente esse não é o caminho.

Mas, a ação extensionista é um bom caminho. A importância e a penetração social da extensão universitária já é há muito conhecida. Resta agora às instituições que podem agir nesse sentido, urgentemente, tomar essa demanda em suas mãos, sob pena de ver-se ainda no Brasil por muitos anos, inúmeras gerações passarem pela escolarização e não obterem uma preparação adequada.

CONCEPTS OF LAW IN HIGH SCHOOL: AN URGENT DEMAND

ABSTRACT

This article presents the results of a survey conducted in 2011 with the graduating high school students from four high schools in Araxá (MG), two of them public state, one federal and a private one. This investigation sought to assess these students' knowledge about the basics of law required the use of the judiciary, considered an important instrument for the full exercise of citizenship.

Key-words: Citizenship; Judiciary; High School; Legal Education; Education.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (2000).

BRASIL - Resolução CEB n. 3, de 26 de junho de 1998 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).

BRASIL. Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942.

BRASIL. Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982.

BRASIL. Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n. 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa & NOVAES, Gláucia Torres Franco. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, pp. 167-183, março/ 2001.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Ensino médio: desafios e reflexões**. Campinas: Papyrus, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez Editora, 23. ed. 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Unesp.

MAIA, Eny; CARNEIRO, Moacir. **A reforma do ensino médio em questão**. São Paulo: Biruta, 2000.

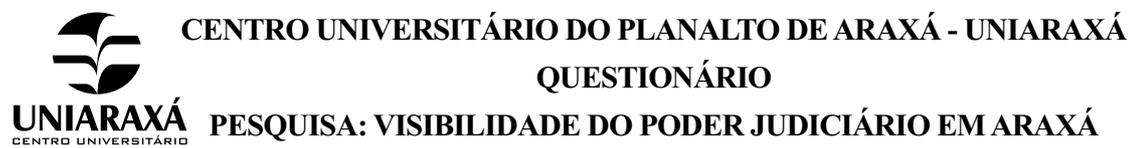
OCDE. **Aprendendo para o Mundo de Amanhã: primeiros resultados do PISA 2003**. São Paulo: Moderna, 2005.

PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual.** São Paulo: Autores Associados, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. 2º grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.68, p.39-54, fev. 1989.

STREHL, Afonso; FANTIN, Nelson Danilo. **Ensino Médio: identidade em crise.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

QUESTIONÁRIO



Escola:

Data: / /2011

QUESTÃO 01

Onde está localizada a Prefeitura Municipal de Araxá?

- (A) Na Rua Presidente Olegário Maciel, nº306, em frente ao Clube Araxá.
- (B) Na Avenida Tancredo Neves, nº 30, antiga COMIG.
- (C) Na Avenida Getúlio Vargas, nº 205, ao lado do Correio central.
- (D) Na Praça Coronel Adolfo, nº 09, Centro, próximo ao Hospital Dom Bosco.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 02

Onde está localizada a Câmara Municipal de Vereadores em Araxá?

- (A) Na Praça Coronel Adolfo, nº 09, Centro, próximo ao Hospital Dom Bosco.
- (B) Na Avenida Tancredo Neves, nº 30, próximo ao trevo do Barreiro.
- (C) Na Avenida João Paulo II, nº 1200, próximo ao Posto Coringa.
- (D) Na Rua Presidente Olegário Maciel, nº306, em frente ao Clube Araxá.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 03

Onde está localizado o Fórum de Araxá?

- (A) Na Rua Primeiro de Maio, nº 90, em frente à CEMIG.
- (B) Na Avenida Tancredo Neves, nº 30, antiga COMIG.
- (C) Na Rua Presidente Olegário Maciel, nº 306, em frente ao Clube Araxá.
- (D) Na Avenida Getúlio Vargas, nº 205, ao lado do Correio central.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 04

Onde está localizado o Juizado Especial em Araxá (antigo Tribunal de Pequenas Causas)?

- (A) Na Rua Presidente Olegário Maciel, nº 306, em frente ao Clube Araxá.
- (B) Na Rua Primeiro de Maio, nº 90, em frente à CEMIG.
- (C) Na Avenida Getúlio Vargas, nº 205, ao lado do Correio central.
- (D) Na Avenida José Ananias de Aguiar, nº10, em frente ao trevo do Barreiro.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 05

Você sabe onde está localizada a Justiça do Trabalho em Araxá?

- (A) Na Rua Presidente Olegário Maciel, nº 306, em frente ao Clube Araxá.
- (B) Na Rua Primeiro de Maio, nº 90, em frente à CEMIG.
- (C) Na Avenida Getúlio Vargas, nº 205, ao lado do Correio central.
- (D) Na Avenida José Ananias de Aguiar, nº10, em frente ao trevo do Barreiro.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 06

Você sabe onde está localizada a Justiça Eleitoral em Araxá?

- (A) Na Rua Presidente Olegário Maciel, nº 306, em frente ao Clube Araxá.
- (B) Na Rua Primeiro de Maio, nº 90, em frente à CEMIG.
- (C) Na Avenida Getúlio Vargas, nº 205, ao lado do correio central.
- (D) Na Avenida José Ananias de Aguiar, nº10, em frente ao trevo do Barreiro.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 07

Você sabe o nome do atual Prefeito de Araxá?

(A) Sim (B) Não

Caso a resposta seja SIM, cite-o. _____

QUESTÃO 08

Você sabe o nome de dois atuais Vereadores (as) em Araxá?

(A) Sim (B) Não

Caso a resposta seja SIM, cite-os.

Primeiro: _____

Segundo: _____

QUESTÃO 09

Você sabe o nome de algum Juiz em Araxá?

(A) Sim (B) Não

Caso a resposta seja SIM, cite-o. _____

QUESTÃO 10

Você já leu ou manuseou (folheou) a Constituição Federal?

(A) Sim (B) Não

Qual parte lhe chamou mais atenção? Cite-a.

QUESTÃO 11

Você sabe quais são os Três Poderes que constituem o Estado Brasileiro na atualidade?

- (A) Executivo, Legislativo e Judiciário
- (B) Judiciário, Executivo e Moderador
- (C) Moderador, Legislativo e Judiciário
- (D) Não sei

QUESTÃO 12

Para processar uma pessoa ou uma empresa você SEMPRE precisa contratar um (a) advogado (a)?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não sei

Caso sua resposta seja NÃO, dê um exemplo.

QUESTÃO 13

No Brasil existe a chamada *Justiça Gratuita*, ou *Gratuidade da Justiça*, para os mais pobres e aqueles que não podem pagar as despesas de um processo em caso de derrota judicial?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não sei

QUESTÃO 14

Qual das expressões citadas abaixo você conhece, já ouviu falar ou não conhece. Marque com um X.

		Conhece	Já ouviu falar	Não conhece
(A)	Liminar			
(B)	Guarda compartilhada			
(C)	habeas corpus			
(D)	Júri popular			
(E)	Jurisprudência			

QUESTÃO 15

Você sabe qual é a função do Promotor de Justiça?

- (A) Administrar e coordenar o sistema de saúde e educação
- (B) Defender os interesses coletivos de importância social
- (C) Emitir sentenças em julgamento divulgados pela mídia
- (D) Prender bandidos perigosos e levá-los a julgamento
- (E) Não sei

QUESTÃO 16

Qual das figuras abaixo representa a Justiça?

Resposta: Nº _____

Nº 01	Nº 02	Nº 03	Nº 04
			

QUESTÃO 17

Você concorda com a frase: “*Olho por olho, dente por dente*”; ou aquela “*Aqui se faz, aqui se paga*”?

- (A) Sim
- (B) Não

QUESTÃO 18

Você já ouviu falar em alguma das leis abaixo?

A)	Lei Maria da Penha	() Sim	() Não
B)	Código do Consumidor	() Sim	() Não
C)	Estatuto da Criança e do Adolescente	() Sim	() Não
D)	Estatuto do Idoso	() Sim	() Não
E)	Lei Seca	() Sim	() Não

QUESTÃO 19

Quantos recursos um processo pode vir a ter?

- (A) Apenas um recurso
- (B) Até dois recursos
- (C) Até três recursos
- (D) Mais de três recursos
- (E) Não sei

QUESTÃO 20

Para você qual é o problema mais grave do Judiciário brasileiro?

- (A) Grande número de processos
- (B) Demora nos processos
- (C) Corrupção
- (D) Preço elevado cobrado pelos advogados
- (E) Excesso de recursos
- (F) Outro. Cite-o: _____

QUESTÃO 21

Você sabe dizer como os juízes são escolhidos no Brasil?

- (A) Através de eleições
- (B) Concurso público
- (C) Escolhidos pelos advogados
- (D) Indicados e nomeados pelo prefeito
- (E) Não sei

QUESTÃO 22

Quando um cidadão não tem condições de pagar um advogado, quais são as suas opções para entrar com um processo?

- (A) Solicita um *Empréstimo Justiça* na Caixa Econômica Federal para custear as despesas com advogados.
- (B) Representa a si mesmo nos tribunais.
- (C) Solicita um *Financiamento Legal* no Banco do Brasil para custear as despesas com advogados.

- (D) Recorre à Defensoria Pública.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 23

Caso um cidadão necessite entrar com um processo contra seu empregador (patrão), qual órgão da Justiça ela deve procurar?

- (A) O Tribunal da Justiça do Estado de Minas Gerais.
- (B) O Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) O Tribunal de Contas da União.
- (D) O Tribunal Regional do Trabalho.
- (E) Não sei.

QUESTÃO 24

Quais dos órgãos citados abaixo pertencem ao Poder Judiciário? Pode marcar mais de um.

- (A) Cartório de Registro Civil
- (B) Delegacia de Polícia
- (C) Fórum
- (D) Procon
- (E) Promotoria Pública

QUESTÃO 25

O Poder Judiciário no Brasil pode elaborar as Leis?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sei

QUESTÃO 26

Você concorda com a frase: “*Justiça e vingança são coisas diferentes*”?

- (A) Sim (B) Não

QUESTÃO 27

Num julgamento por assassinato quem decide se o acusado do crime (o réu) é inocente ou culpado?

- (A) O Juiz de Direito
- (B) O Júri Popular
- (C) O Promotor de Justiça
- (D) Os advogados do caso
- (E) Não sei

QUESTÃO 28

Caso uma pessoa precise faltar ao trabalho ou a escola para comparecer a uma audiência no Fórum ela receberá falta e um desconto no salário?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não sei

QUESTÃO 29

Você sabe o que é CONCILIAÇÃO? Marque a alternativa a seguir que corresponde à definição de CONCILIAÇÃO.

- (A) É um meio de solução de controvérsias em que as pessoas resolvem o conflito, através de um terceiro, o conciliador, que aproxima as partes, aconselha e auxilia na construção do acordo.
- (B) É uma forma de resolver um conflito entre duas pessoas, mediante negociação, enquanto se aguarda a conclusão do processo judicial.
- (C) É uma forma para resolução de conflitos em que as pessoas que discordam sobre determinado assunto permitem que uma terceira, o conciliador, resolva a questão como achar melhor.
- (D) Forma de solucionar um desentendimento entre duas pessoas através da adoção da visão do Juiz de Direito sobre o motivo da discórdia.
- (E) Não sei

QUESTÃO 30

Quando uma pessoa entra na justiça com um processo improcedente (sem necessidade ou sem ter razão) e no final é derrotada, isso pode resultar em algum prejuízo para ela?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não sei

QUESTÃO 31

Alguém em sua família ou você mesmo já processou uma pessoa ou uma empresa?

(A) Sim (B) Não

QUESTÃO 32

Você tem algum (a) advogado (a) na sua família?

(A) Sim (B) Não

QUESTÃO 33

Você pretende prestar vestibular para o Curso de Direito?

(A) Sim (B) Não

QUESTÃO 34

Alguma das perguntas deste questionário você respondeu a partir do que aprendeu na Escola?

(A) Sim (B) Não

As linhas abaixo são para você fazer um comentário sobre este questionário se quiser.

Agradecemos sua participação e colaboração